

## **Fonoaudiologia: estreita relação com a Educação**

Laureni Conceição Tavares\*

A lei 6965/81 reconhece o fonoaudiólogo como o “profissional com graduação plena em Fonoaudiologia que atua em pesquisa, prevenção, avaliação e terapia fonoaudiológicas na área da comunicação oral e escrita, voz e audição, bem como em aperfeiçoamento dos padrões de fala e voz”. Em relação ao espaço escolar, segundo esta lei, é de competência do fonoaudiólogo desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área da comunicação escrita e oral, voz e audição, participar da equipe de orientação e planejamento escolar, inserindo aspectos preventivos ligados a assuntos fonoaudiológicos.<sup>1</sup>

Berberian (1995) esclarece que a defesa e a construção da língua nacional foram apreendidas entre meados da década de 1910 e no final dos anos 1940. Neste contexto, as variações contidas nas falas dos imigrantes, dos próprios brasileiros, das diferentes regiões do país, precisavam ser homogeneizadas. Esta medida influenciou fortemente os educadores e políticos da época. Na verdade, segundo Giroto (2001), “muitos professores se descaracterizaram enquanto educadores e assumiram o papel de reabilitadores, atendendo aos programas de correção dos distúrbios da comunicação apresentados pela população escolar.

Convém salientar que as referidas variações nas falas de imigrantes e brasileiros, das diversas regiões do Brasil, eram, como afirma Giroto (2001), variações dialetais e estrangeirismos, que assumiam um caráter patológico por serem considerados desvios da língua padrão vigente no país. Uma consequência deste fato foi que a escola tornou-se o local ideal, não só para a detecção, mas também, para a correção destes desvios.

Frente a este histórico, interessamo-nos pelas questões em torno das necessidades e possibilidades atuais da Fonoaudiologia escolar. Dois grandes eixos permearam o fazer fonoaudiológico na escola: a patologização dos distúrbios da comunicação, com papel predominantemente curativo e o papel do professor como “agente detector de problemas”. Uma das consequências, sem entrar nos aspectos mais qualitativos da questão, é que, muitas vezes, foi atribuída às crianças com dificuldades escolares – nem sempre com algum tipo de alteração de linguagem – a responsabilidade pelo fracasso escolar.

O que se preconiza, atualmente, em se tratando da atuação do fonoaudiólogo no espaço escolar, é uma ação conjunta com o educador e, como afirma Giroto (2001), garantindo-lhe o controle do espaço e do processo educativo. Faz-se necessário “estabelecer um paralelo entre o que o fonoaudiólogo oferece e o que a escola, representada pelo professor, espera dele”. Essa parceria valoriza as várias possibilidades que levem a um melhor desenvolvimento da linguagem e, conseqüentemente, um melhor desempenho escolar.

Deve-se levar em conta que, para uma ação fonoaudiológica efetiva, há a necessidade de medidas coletivas de prevenção que englobe, não só os escolares, mas, a escola como um todo. Como Giroto (2001) assegura, estas medidas preventivas precisam priorizar o processo de aprendizagem da leitura e da escrita dos discentes, enfatizando tanto a normalidade quanto as dificuldades. Muitas vezes, as dificuldades que freqüentemente são encaradas pelo professor e também pelo fonoaudiólogo como “erros” e transformados em distúrbios,

---

\* Graduada em Fonoaudiologia pela Universidade de Uberaba e pós-graduada em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

<sup>1</sup> BRASIL. Lei nº 6965 – Regulamentação da profissão do fonoaudiólogo. 9 de dezembro de 1981.

representam etapas de um processo natural de aprendizagem. O objetivo maior deve estar direcionado à compreensão dos aspectos fonoaudiológicos que, de alguma forma, contribuem para dificultar a aprendizagem escolar.

É preciso enfatizar que o fonoaudiólogo pode contribuir para o planejamento pedagógico, não no sentido de tomar para si a responsabilidade do professor, mas no sentido de enriquecer o processo de aprendizagem e alfabetização.

### **A quem interessa a linguagem?**

O território da linguagem, como diz Aimard (1986), é comum a diversas disciplinas. Silva (1999) discute que a lingüística é a ciência que investiga os fenômenos relacionados à linguagem e que busca determinar os princípios e as características que regulam as estruturas da língua.

A Fonoaudiologia é a área de conhecimento que, tendo como base a lingüística, trabalha com aspectos relacionados à patologia da fala.

Interessante compreender que há várias hipóteses ou teorias que estudam e tentam explicar a linguagem sob vários ângulos. Muitos foram os estudiosos que, com suas teorias sobre aquisição, desenvolvimento e alterações da linguagem, influenciaram e influenciam o saber e o fazer fonoaudiológico, entre eles: Burrhus Frederic Skinner, Jean Piaget, Lev Semynovich Vygotsky, Henri Wallon, Noam Chomsky, Sigmund Freud.

Durante décadas, houve uma avalanche de estudos empíricos sobre o desenvolvimento da linguagem, porém, Peña-Casanova (1997) comenta que esses estudos vêm recuperando o sujeito que fala, a criança que atua. Para o autor, “ao invés de ter por objeto de estudo a linguagem como sistema abstrato de sinais, tende-se a estudar a atividade verbal de pessoas e indivíduos ou coletividade”.

A co-parceria do professor com o fonoaudiólogo, mais do que nunca, tem que dedicar atenção e suporte ao sujeito que fala, à criança que atua, com o conhecimento do máximo de variáveis envolvidas na linguagem deste indivíduo. Esta parceria deve ser pautada nos vários estudos ou testes de linguagem, mas nunca permitir que uma teoria ou teste tenha mais valor do que a realidade, as expectativas do sujeito em si, que está integrado a uma gama de aspectos sócio-econômicos e culturais.

Neste sentido, a afirmação de Acosta et al (2003) de que “provavelmente vamos nos deparar com o fato de que não existe uma teoria que explique, satisfatoriamente, como a criança adquire e desenvolve sua linguagem e quais são as causas que originam as perturbações neste processo”, corrobora a afirmação acima.

Peña-Casanova (1997) adverte que a linguagem foi “excessivamente formalizada e medicalizada”, pois se tentou durante muito tempo entender a linguagem como uma entidade separada e independente do sujeito que fala. Essa é uma realidade que, sabemos, trouxe inúmeros fracassos terapêuticos e na alfabetização.

### **Etapas do desenvolvimento da linguagem**

Acosta et al (2003) ressaltam que a linguagem é uma das funções do ser humano que apresenta uma evolução das mais complexas em sua aquisição e desenvolvimento, devido à interação de enorme número de variáveis, tais como maturidade neurológica, afetividade, desenvolvimento cognitivo, correta maturação dos órgãos periféricos da linguagem ou os contextos nos quais a criança está inserida.

A literatura aponta que a linguagem do adulto pode ser considerada como atividade plenamente desenvolvida, portanto, todo desvio de conduta normal é indicio de patologia.

Porém, como nos diz Peña-Casanova (1997), na criança a situação é diferente e a avaliação da linguagem deve ser realizada de acordo com o esperado para cada idade.

O autor, referido anteriormente, afirma que “a aquisição da linguagem e da comunicação se desenvolve segundo etapas de ordem constante, ainda que o ritmo de progressão possa variar de caso a caso”. Outro aspecto que o autor ressalta é que, em qualquer trabalho educativo e de diagnóstico, há a necessidade de um bom conhecimento dos estágios do desenvolvimento normal da comunicação e da linguagem, a fim de situar a criança, avaliar seus progressos e orientar quanto à melhor estratégia diante da necessidade de intervenção terapêutica.

Observa-se, no entanto, que a opinião dos autores, conforme afirma Peña-Casanova (1997), não coincide no que diz respeito à divisão cronológica dos diversos estágios de desenvolvimento da linguagem. É sabida a dificuldade em determinar quando termina a aprendizagem da gramática. Para alguns autores, por volta dos seis aos sete anos de idade, as estruturas básicas da linguagem já foram totalmente adquiridas. Contudo, para autores como Crystal (1981), determinados componentes da linguagem não são consolidados antes da puberdade.

É sabido, também, que vários são os fatores que interferem, direta ou indiretamente, na aquisição da linguagem de cada indivíduo: ritmo de desenvolvimento de cada um, estimulação em geral, condições emocionais e maturidade social, hereditariedade, doenças. (ZORZI, 2002:67).

### **Fala e escrita – fonética e fonologia**

A fala é o ato motor que expressa a linguagem. É um processo complexo que envolve o sistema neuromuscular. O sistema nervoso central e periférico comanda os músculos que produzem sons isolados ou em seqüência. A fala depende, ainda, de estruturas como: os lábios, a língua, as bochechas, o palato mole, os dentes, a mandíbula, a faringe, a laringe e os músculos da respiração. Essa colocação ilustra a complexidade do que é falar, tendo em vista que para uma correta produção dos sons da fala, além dos aspectos cognitivo e fonológico, estão envolvidos os sistemas: respirador, fonador e articulatório, a ressonância e a prosódia. (MARCHESAN, 2004 in FERREIRA, 2004:292).

Do ponto de vista fonoaudiológico, ressaltamos que, para estudar e trabalhar com a fala, é necessário saber como ela é produzida e ainda mais: diferenciar a fonética da fonologia, dentre outros conceitos importantes para a melhor compreensão da fala e de suas alterações.

Abaixo, a definição dos termos, segundo Marchesan (2004) in Ferreira (2004: 293).

- Fonética: é dirigida ao estudo dos sons lingüísticos que são produzidos pelo aparelho fonador e captados pelo ouvinte. Cabe a ela descrever os sons da linguagem e analisar suas particularidades articulatórias, acústicas e perceptivas. É a fonética que estuda, analisa e classifica a produção e a percepção dos sons da fala.
- Fonologia: é a ciência que estuda os sons da língua do ponto de vista de sua função no sistema de comunicação lingüística, estudando elementos fônicos que distinguem, numa mesma língua, duas mensagens de sentidos diferentes, como mala-bala ou sábia-sabia-sabiá, ou uma mesma palavra realizada com vozes ou pronúncias diferentes. Ou seja, preocupa-se com os contrastes e oposições dessas unidades distintivas.

Seguem-se outras abordagens dos termos, segundo outros estudiosos, como se pode contatar a seguir.

Silva (1999) considera que a fonética é a ciência que apresenta os métodos para a descrição, classificação e transcrição dos sons da fala. A fonética estuda a produção da fala do ponto de

vista fisiológico e articulatório. Neste sentido, é de interesse da fonética analisar os sons envolvendo o aparelho fonador, os articuladores passivos e ativos, a cavidade tanto oral quanto nasal, faringal e glote.

Com relação à fonologia, Mota (2004) in Ferreira (2004) explica que a linguagem compreende cinco subsistemas: pragmática, semântica, sintaxe, morfologia e fonologia. “Fonologia é a parte da linguagem que se refere ao modo como os sons se organizam e funcionam nas diferentes línguas. As alterações de fala que envolvem a organização do sistema de sons, isto é, a fonologia, devem, portanto, ser consideradas problemas de linguagem”.

Para esta autora a intervenção terapêutica para problemas no nível fonológico da linguagem, em geral, é diferente da abordagem nos demais subsistemas lingüísticos. No entanto, é preciso considerar que os cinco subsistemas da linguagem não podem ser completamente separados. Por exemplo: nas abordagens de tratamento voltadas para a fonologia, os sons ou as estruturas silábicas são estimulados em palavras (morfologia), em sentenças (estruturas silábicas), em atividades que valorizam o significado dos enunciados (semântica) e seu uso em situações comunicativas reais (pragmática). Vamos além, ao deixar clara a importância de se incluir, nos estímulos lingüísticos, outros aspectos do processo de comunicação, tais como “alguns parâmetros de produção da fala, ritmo adequado, articulação correta, padrões apropriados de entonação, que possam contribuir para uma comunicação efetiva”.

Este é um fator de extrema relevância a ser considerado na alfabetização, na otimização das capacidades de cada um, bem como nas intervenções de alterações de linguagem. Evitar uma visão fragmentada, com partes dissociadas umas das outras, é alcançar um todo com mais e melhores chances de sucesso. É integrar os muitos aspectos que constituem o indivíduo. É valorizá-lo em sua totalidade lingüística.

Silva (1999) alega que um dos objetivos centrais da fonêmica é fornecer aos seus usuários o instrumental para a conversão da linguagem oral em código escrito. Esclarecemos que “ambos os termos, fonêmica e fonologia referem-se a modelos que tratam do estudo da cadeia sonora da fala”.

A correlação existente entre a fonologia e a escrita é a tônica do que será abordado a seguir.

É conhecido o fato de que:

Durante a aquisição fonológica, a criança desenvolve um sistema de contrastes de sons cuja função é assinalar contrastes de significados, isto é, ela organiza seu sistema fonológico e não apenas aprende a pronúncia correta. Nesse processo, ela descobre semelhanças entre os sons contrastivos e entre as seqüências de sons, o que lhe dá as bases para agrupar os sons em classes e as seqüências de sons em estruturas silábicas. (GRUNWELL, 1985 apud MOTA, 2004 in FERREIRA, 2004:788).

Coerentemente com o conhecimento referido sobre os princípios anteriormente descritos, Mota (2004) in Ferreira (2004) destaca a necessidade de conhecer a natureza do desenvolvimento fonológico, tanto normal como em desvios, o que contribuiria para uma maior compreensão do mecanismo de aprendizagem e dos processos envolvidos quando as crianças estão adquirindo seu sistema de sons ou passando por dificuldades nesta aquisição.

Segundo Morais (1995) apud Avila (2004), “a chave para o aprendizado da escrita encontra-se em sua relação com a linguagem oral, uma vez que o alfabeto é uma representação gráfica da linguagem no nível do fonema”.

Para que essa representação gráfica ocorra, segundo Avila (2004) in Ferreira (2004), é necessário que o aprendiz do código escrito já possa, de alguma forma e em algum nível,

objetivar a palavra (ou o enunciado), direcionar a atenção para sua estrutura, perceber seus segmentos e manipulá-los de diferentes formas. Essa capacidade de percepção dirigida aos segmentos da palavra chama-se consciência fonológica.

E como se dá o desenvolvimento da consciência fonológica? Ávila afirma que, para compreender as relações existentes entre a linguagem oral e a escrita, é preciso considerar que estas duas modalidades de comunicação se desenvolvem contínua e ininterruptamente. Entender esta relação é compreender que escrita e oralidade mantêm entre si relações mútuas e equivalentes e precisa ser considerada sob duas circunstâncias:

- A primeira diz respeito à circunstância histórica do surgimento da escrita. De acordo com levantamento realizado por Santos e Navas (2004), a escrita, como um método de comunicação criado pelo homem, apareceu relativamente tarde na história do seu desenvolvimento, provavelmente, muito tempo depois da capacidade da linguagem ter sido adquirida. A escrita é uma invenção “decorrente de um laborioso processo que levou aproximadamente três mil anos, até o aparecimento do alfabeto de 23 letras usado pelos romanos durante o primeiro século a.C. e que fora inventado pelos gregos, que o adaptaram do silabário fenício”. As autoras nos lembram que todos os povos desenvolveram a comunicação oral, porém, nem todos desenvolveram a escrita.
- A segunda circunstância, que explicaria a relação existente entre a linguagem oral e a escrita, referida por Avila (2004) in Ferreira (2004), se relaciona com a idade em que a criança, provavelmente já exposta à escrita, começa a mostrar sinais de que pode compreender notações gráficas – ao menos no mundo ocidental –, até completar o aprendizado do princípio alfabético.

Para Avila (2004) in Ferreira (2004), quando a criança começa o aprendizado formal do código escrito, o desenvolvimento fonológico da linguagem oral tem que estar finalizado e espera-se que a criança já use, corretamente, as regras gramaticais da língua. Neste sentido, espera-se que a criança, quando chega à época de aprender a ler e a escrever, seja um falante bem sucedido de sua própria língua nativa, domine um complexo conjunto de regras fonológicas para a pronúncia de milhares de palavras, além de conhecer seus significados.

“A consciência fonológica é, portanto, umas das instâncias do processamento fonológico, o qual diz respeito à utilização da informação fonológica para o processamento da linguagem oral e escrita”. (AVILA, 2004 in FERREIRA, 2004: 819).

Vamos continuar a abordagem deste assunto com a seguinte colocação:

Aprender a ler e escrever não se restringe a uma técnica de ensino, mas sim à aquisição de uma nova modalidade de linguagem. Estão em jogo habilidade e conhecimentos lingüísticos que vão desde o domínio da linguagem oral até novas aprendizagens típicas da língua escrita. Isto quer dizer que o desenvolvimento da leitura e da escrita vai muito além de habilidades perceptivas, como a percepção visual e auditiva, implicando conceitos de natureza metalingüística, ou seja, conhecimentos a respeito da própria língua. Numa visão atual, a leitura e a escrita são concebidas como processos eminentemente lingüísticos, assim como uma série de distúrbios que possam dificultar tal desenvolvimento, como é o caso da dislexia. (ZORZI, 2001 in GIROTO, 2001: 53).

Zorzi comenta que as escritas de natureza alfabética, como é o caso da escrita da língua portuguesa, caracterizam-se por uma série de relações entre os sons da fala e as letras empregadas para representá-los. Essa colocação evidencia a clara ligação entre fonemas e letras, o que significa que não é possível separar os processos auditivos dos processos visuais no processo de aquisição do código gráfico. Este fato é importante na compreensão de que “a escrita implica, ao mesmo tempo, relações auditivas e visuais que não se restringem a

habilidades perceptivas como memória e discriminação”. Sendo assim, observa-se a incorreta classificação das alterações ortográficas em trocas de origem auditiva e em trocas de origem visual ou pedagógicas.

Para aprender a ler e a escrever, as crianças precisam chegar à noção de fonema, o que isto implica uma capacidade para analisar os sons da fala em suas unidades constituintes (consciência fonológica); implica chegar à noção de letra enquanto símbolo gráfico que representa os sons; precisa estabelecer a correspondência entre letras e sons. Aprender a escrita implica em identificar, na fala, a seqüência dos fonemas e a posição de cada um, as quais irão determinar a posição das letras dentro das palavras escritas. Significa compreender como as sílabas se compõem, que características entonacionais elas apresentam. Implica, também, entender as variações fundamentais que existem entre os modos de falar (a pronúncia das letras) e os modos de escrever, o que corresponde à influência da oralidade sobre os padrões de escrita. Estas são capacidades de caráter lingüístico que estão na base do aprendizado da escrita e que, se não se desenvolvem, estarão causando uma série de alterações de ordem ortográfica, que vão muito além de questões de ordem perceptiva visual ou auditiva. (ZORZI, 2001 in GIROTO, 2001: 54-55).

Pelo exposto, fica clara a importância de se estimular o desenvolvimento das crianças de uma forma geral, sejam elas crianças com desenvolvimento normal das suas habilidades, sejam crianças que apresentam algum tipo de alteração neste desenvolvimento. De qualquer forma, como apregoam Santos e Navas (2004), é preciso respeitar as características e necessidades pessoais das crianças e garantir que encontrem prazer nas atividades de leitura e escrita.

De acordo com Zorzi (1998), pode-se dizer que aprender a escrever implica compreender os diferentes usos que as pessoas fazem da escrita, que neste caso, não se reduz a cópias, ditados, redações. Isto implica em permitir que a criança compreenda que a escrita possui funções sociais, ou seja, que “as pessoas lêem e escrevem para dar ou receber informações, para questionar, para convencer, para instruir, para se organizarem no tempo e no espaço, assim como para o próprio lazer ou diversão”.

É preciso ter em mente que os problemas escolares não estão limitados aos indivíduos que chegam ao fonoaudiólogo como portadores de algum distúrbio.

Por outro lado, as condições de trabalho de um professor, aliadas ao esforço vocal, favorecem um desgaste tanto físico quanto psicológico, que compromete a qualidade de sua atuação. Somado a este fator, observa-se que, raramente, o professor está preparado para realizar aulas ou apresentações fazendo uso de recursos eficientes de comunicação.

A partir destas colocações de Zorzi (2000) in Giroto (2001) certifica-se da importância da atuação do fonoaudiólogo no sentido de otimizar, também, as condições de trabalho do professor. Desta maneira, a Fonoaudiologia, aplicando seus conhecimentos sobre aquisição e desenvolvimento da linguagem, voz, fala, audição, técnicas de apresentação e controle ambiental de ruídos, poderia, em muito, contribuir para a modificação de tal quadro.

## **Referências**

- ACOSTA, Victor M. et al. Avaliação da linguagem: teoria e prática do processo de avaliação do comportamento lingüístico infantil. São Paulo: Santos, 2003. p. 17-31.
- AIMARD, Paule. A linguagem da criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986. p. 14.
- AVILA, Clara Regina Brandão. Consciência fonológica. In: Tratado de Fonoaudiologia. FERREIRA, Léslie Piccolotto et al. São Paulo: Roca, 2004. p. 815-823.
- BERBERIAN, Ana Paula. Fonoaudiologia e educação: um encontro histórico. 2ª ed. São Paulo: Plexus, 1995. p. 19-57.

- GIROTO, Claudia Regina Mosca. Perspectivas atuais da fonoaudiologia na escola. São Paulo: Plexus, 2001. p. 11-41.
- MARCHESAN, Irene Queiroz. Alterações de fala de origem musculoesquelética. In: Tratado de Fonoaudiologia. FERREIRA, Léslie Piccolotto et al. São Paulo: Roca, 2004. p. 291-2.
- MOTA, Helena Bolli. Fonologia: intervenção. In: Tratado de Fonoaudiologia. FERREIRA, Léslie Piccolotto et al. São Paulo: Roca, 2004. p. 787-8.
- PEÑA-CASANOVA, Jordi. Manual de Fonoaudiologia. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 17-25.
- SANTOS, Maria Thereza Mazorra dos e NAVAS, Ana Luiza G. P. Distúrbios de leitura e escrita: teoria e prática. Barueri, São Paulo: Manole, 2004. p. 1, 220.
- SILVA, Thais Cristófar. Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios. São Paulo: Contexto, 1999. p. 20, 118.
- ZORZI, Jaime Luiz. Aspectos diagnósticos das alterações da linguagem infantil. In: \_\_\_\_\_. A intervenção fonoaudiológica nas alterações da linguagem infantil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2002. p. 67.
- \_\_\_\_\_. Aprender a escrever: a apropriação do sistema ortográfico. Porto Alegre: ArtMed, 1998. p. 23.
- \_\_\_\_\_. Possibilidades de trabalho no âmbito escolar-educacional e nas alterações da escrita. In: GIROTO, Claudia Regina Mosca. Perspectivas atuais da fonoaudiologia na escola. São Paulo: Plexus, 2001. p. 43-56.